



PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

PROCURADORIA REGIONAL DE SANTOS

Rua Itororó, n. 59, Centro – Santos (SP) - Tel.: (0XX13) 3219-6991

A Comissão de Concurso de Seleção de Estagiário para a Procuradoria Regional de Santos, órgão da Procuradoria Geral do Estado, torna público, para quem interessar possa, a retificação da lista contendo as notas dos candidatos que se submeteram à prova realizada no dia 18 de março de 2011 na cidade de Santos (SP), pois, por um lapso, deixou de ser computada a nota mínima na prova de dissertação aos candidatos que constaram da lista de aprovados publicada no DOE do dia 25.03. p.p. Eventuais impugnações poderão ser formuladas, por meio de petição escrita, encaminhadas à Presidente da Comissão e protocoladas na Procuradoria Regional de Santos, situada na Rua Itororó, n. 59, Centro, Santos (SP), no prazo de 03 (três) dias úteis contados a partir da publicação do resultado do certame no órgão de imprensa oficial. O caderno de perguntas, contendo todas as questões objetivas e suas alternativas, está acessivo no site da Procuradoria Geral do Estado (www.pge.sp.gov.br) e afixado na sede da Procuradoria Regional de Santos.

LISTA DE APROVADOS

1	Willians Silva Duarte	39,00
2	Carlos Eduardo Souza Bonfim	33,00
3	Felipe dos Santos Raymundo	31,00
4	Aline Baldez Barroso	30,50
5	Tamires Gama Martins	30,00
6	Bruno Leandro Savelis Rodrigues	29,50
7	Tatiana Regina Forte e Silva	29,00
8	Mara Rubia de Brito Oliveira (maior nota na dissertação)	28,50
9	Leticia Soares Teixeira	28,50
10	Vanessa Alves da Silva (maior nota na dissertação)	28,25
11	Lorival Cardoso Filho	28,25
12	Thais Carvalho Feliz (maior nota na dissertação)	28,00
13	Carolina Ramos Moromizato	28,00
14	Douglas Felipe Alves Machado	27,75
15	Leandro de Abreu Sanchez	27,50
16	Felipe Priore	27,25



PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
PROCURADORIA REGIONAL DE SANTOS
Rua Itororó, n. 59, Centro – Santos (SP) - Tel.: (0XX13) 3219-6991

17	Bruno da Silva Ribeiro (maior nota na dissertação)	27,00
18	Diogo Souza Rodriguez Covelo	27,00
19	Mayara Araky Machado	26,25
20	Andreza Giani Valerio	26,00
21	Pamela Ferreira Costa	25,00
22	Mari Adelia Barbosa de Lima	24,00

Santos, 23 de março de 2011

Tatiana Capochin Paes Leme
Presidente da Comissão

PROVA DE DIREITO CONSTITUCIONAL

- 1) São fundamentos da República Federativa do Brasil nos termos do art. 1º da Constituição Federal:
 - a) a independência nacional, a prevalência dos direitos humanos e a autodeterminação dos povos;
 - b) a construção de uma sociedade livre, justa e solidária, a garantia do desenvolvimento nacional e a erradicação da pobreza e da marginalização;
 - c) a soberania, cidadania e dignidade da pessoa humana;
 - d) a legalidade, a igualdade e a inviolabilidade do domicílio.

- 2) A Constituição Federal, no artigo 5º, prescreve o seguinte: *“ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei”*. Tal mandamento expressa o princípio da:
 - a) legalidade
 - b) isonomia;
 - c) impessoalidade;
 - d) liberdade.



PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
PROCURADORIA REGIONAL DE SANTOS
Rua Itororó, n. 59, Centro – Santos (SP) - Tel.: (0XX13) 3219-6991

- 3) Dos órgãos abaixo, assinale aquele que **não** integra o Poder Judiciário, nos termos do art. 92 da Constituição Federal:
- a) Supremo Tribunal Federal;
 - b) Superior Tribunal de Justiça;
 - c) Conselho Nacional da Justiça;
 - d) Tribunal de Contas da União.
- 4) Assinale a alternativa que **não** contenha uma das cláusulas pétreas expressas no art. 60, § 4º da Constituição Federal:
- a) a forma federativa de Estado;
 - b) a separação dos poderes;
 - c) o voto obrigatório;
 - d) os direitos e garantias individuais.
- 5) A imunidade tributária recíproca veda:
- a) a exigência de tributo sem lei que o estabeleça;
 - b) a utilização de tributo com efeito de confisco;
 - c) o estabelecimento de limitações ao tráfego de pessoas ou bens;
 - d) instituir impostos sobre o patrimônio, renda ou serviços dos entes federados entre si.
- 6) Assinale a alternativa que contenha apenas impostos de competência estadual:
- a) Imposto de Renda (IR) e Imposto sobre a propriedade de veículos automotores (IPVA);
 - b) Imposto sobre Transmissão, Causa Mortis e Doação (ITCMD) e Imposto sobre a Propriedade de Veículos automotores (IPVA);
 - c) Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU) e Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI);
 - d) Imposto de Importação (II) e Imposto sobre Serviços de qualquer natureza (ISS).
- 7) A garantia constitucional que expressa o princípio da igualdade tributária pode ser assim definida:
- a) A vedação à exigência ou aumento de tributo sem lei que o estabeleça;
 - b) A vedação à utilização do tributo com efeito de confisco;
 - c) A vedação à instituição de tratamento desigual entre contribuintes que se encontrem em situação equivalente;
 - d) A vedação ao estabelecimento de limitação ao tráfego de pessoas ou bens.



PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
PROCURADORIA REGIONAL DE SANTOS
Rua Itororó, n. 59, Centro – Santos (SP) - Tel.: (0XX13) 3219-6991

8) O art. 150, inciso III, da Constituição Federal impede que os entes federativos instituíam *“tratamento desigual entre contribuintes que se encontrem em situação equivalente, proibida qualquer distinção em razão de ocupação profissional ou função por eles exercida, independentemente da denominação jurídica dos rendimentos, títulos ou direitos”*. Referida proibição enuncia o princípio:

- a) Da legalidade;
- b) Da isonomia;
- c) Da irretroatividade;
- d) N.D.A.

9) Qual foi o princípio introduzido pela emenda constitucional n. 19 de 1998 de forma expressa no caput do artigo 37 da Constituição Federal:

- a) razoabilidade
- b) legalidade
- c) eficiência
- d) motivação

10) Segundo a Constituição Federal, para assegurar a efetividade do direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, incumbe ao Poder Público:

- a) Preservar e restaurar os processos ecológicos essenciais e prover o manejo ecológico das espécies e ecossistemas apenas em extinção;
- b) Definir, em todas as unidades da Federação, os espaços territoriais e seus componentes a serem especialmente protegidos, sendo a alteração e a supressão permitida somente através de lei, vedada qualquer utilização que comprometa a integridade dos atributos que justifiquem sua proteção.
- c) Exigir, na forma da lei, para qualquer instalação de obra, estudo prévio de impacto ambiental, a que se dará publicidade.
- d) Promover educação ambiental, apenas no nível médio de ensino.

11) Ressalvadas as nomeações para cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração, a investidura em cargo ou emprego público, segundo a Constituição Federal:

- a) depende de aprovação prévia em concurso público apenas de provas, independentemente da natureza e da complexidade do cargo ou emprego.
- b) independe de prévia aprovação em concurso público, sempre, pois basta a realização de processo seletivo.
- c) depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, de acordo com a natureza e a complexidade do cargo ou emprego.



PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
PROCURADORIA REGIONAL DE SANTOS
Rua Itororó, n. 59, Centro – Santos (SP) - Tel.: (0XX13) 3219-6991

d) depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, de acordo com a natureza e a complexidade do cargo ou emprego, sempre com prazo de validade prorrogável por até três anos.

12) É vedada a acumulação remunerada de cargos públicos, exceto quando houver compatibilidade de horários, nas seguintes hipóteses:

a) a de dois cargos de professor, apenas.

b) a de dois cargos de professor; a de um cargo de professor com outro, técnico ou científico.

c) a de dois cargos de professor; a de um cargo de professor com outro, técnico ou científico; a de dois cargos ou empregos privativos de profissionais de saúde, com profissões regulamentadas.

d) a de dois cargos de professor, desde que em nível universitário; a de um cargo de professor com outro, técnico ou científico; a de dois cargos ou empregos privativos de profissionais de saúde, com profissões regulamentadas.

13) O servidor público estável poderá perder o cargo:

a) Somente em virtude de sentença judicial transitada em julgado;

b) Somente mediante processo administrativo em que lhe seja assegurada ampla defesa;

c) Tanto mediante processo administrativo em que lhe seja assegurada ampla defesa, como em virtude de sentença judicial transitada em julgado, mesmo que absolvido na esfera administrativa.

d) Até mesmo em virtude de sentença judicial que ainda comporte recurso, em virtude do advento da denominada "lei da ficha limpa".

14) Assinale a alternativa correta:

a) a administração fazendária e seus servidores fiscais não tem, dentro de suas áreas de competência e jurisdição, precedência sobre os demais setores administrativos;

b) a vedação de acúmulo de cargos públicos não se estende a empregos e funções e também não atinge quem trabalha nas autarquias;

c) mesmo havendo interesse público relevante e legislação pertinente, não é permitida a contratação por tempo determinado, uma vez que no serviço público nunca há necessidade temporária.

d) a publicidade dos atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos deverá ter caráter educativo, informativo ou de orientação social, dela não podendo constar nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridade ou servidores públicos.



PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
PROCURADORIA REGIONAL DE SANTOS
Rua Itororó, n. 59, Centro – Santos (SP) - Tel.: (0XX13) 3219-6991

- 15) De acordo com a Constituição Federal, em tema de responsabilidade civil do Estado, é lícito afirmar que:
- a) a Administração Pública, comprovado o dolo ou culpa do agente público responsável pelo dano causado ao administrado, no desempenho das funções administrativas, tem direito de regresso, para reparar o prejuízo causado ao erário;
 - b) a Administração Pública somente responde de forma subjetiva pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros;
 - c) a Administração Pública, ainda que comprovado o dolo ou culpa do agente público responsável pelo dano causado ao administrado, no desempenho das funções administrativas, nunca tem direito de regresso, para reparar o prejuízo causado ao erário, visto que o servidor público não pode ser responsável por ações perpetradas no exercício de suas funções;
 - d) as pessoas jurídicas de direito privado prestados de serviços públicos, dada a sua natureza, jamais respondem objetivamente pelos danos que seus empregados, nessa qualidade, causarem a terceiros.

PROVA DE DIREITO PROCESSUAL CIVIL

- 16) É correto afirmar que:
- a) para propor ou contestar ação é necessário ter interesse e legitimidade;
 - b) para propor ou contestar ação só é necessário ter interesse;
 - c) para propor ou contestar ação só é necessário ter legitimidade;
 - d) nenhuma das alternativas anteriores está correta.
- 17) É correto afirmar que:
- a) todos podem pleitear em nome próprio direito alheio;
 - b) ninguém poderá pleitear, em nome próprio, direito alheio, salvo quando autorizado por lei;
 - c) apenas alguns podem pleitear em nome próprio direito alheio, independentemente da existência de lei autorizando;
 - d) nenhuma das alternativas anteriores está correta.
- 18) É correto afirmar que:
- a) a União, os Estados, o Distrito Federal e os Territórios serão representados em juízo, ativa e passivamente, pelo Procurador-Geral da República;
 - b) a União, os Estados, o Distrito Federal e os Territórios serão representados em juízo, ativa e passivamente, pelo Presidente da República e Governadores, respectivamente;



PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
PROCURADORIA REGIONAL DE SANTOS
Rua Itororó, n. 59, Centro – Santos (SP) - Tel.: (0XX13) 3219-6991

- c) o Município será representado em juízo, ativa e passivamente, por seu Prefeito ou procurador;
- d) nenhuma das alternativas anteriores está correta.

19) É correto afirmar que:

- a) a competência, em razão do valor e do território, poderá modificar-se pela conexão ou continência;
- b) apenas a competência em razão do valor poderá modificar-se pela conexão ou continência;
- c) apenas a competência em razão do território poderá modificar-se pela conexão ou continência;
- d) nenhuma das alternativas anteriores está correta.

20) É correto afirmar que:

- a) os atos processuais realizar-se-ão em dias úteis, das 5 (cinco) às 21 (vinte e uma) horas;
- b) os atos processuais realizar-se-ão em dias úteis das 5 (cinco) às 20 (vinte) horas;
- c) os atos processuais realizar-se-ão em dias úteis das 6 (seis) às 20 (vinte) horas;
- d) os atos processuais realizar-se-ão em dias úteis das 6 (seis) às 21 (vinte e uma) horas.

21) É correto afirmar que:

- a) o processo civil começa por iniciativa da parte ou do juiz;
- b) o processo civil começa por iniciativa da parte, mas se desenvolve por impulso oficial;
- c) o processo civil começa por iniciativa do juiz, mas se desenvolve por impulso da parte;
- d) nenhuma das alternativas anteriores está correta.

22) É correto afirmar que:

- a) o processo comum é ordinário ou sumário;
- b) o processo comum é apenas ordinário;
- c) o processo comum é apenas sumário;
- d) nenhuma das alternativas anteriores está correta.

23) É correto afirmar que:

- a) a execução pode ser instaurada caso o devedor não satisfaça a obrigação certa, líquida e exigível, consubstanciada em título executivo;



PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
PROCURADORIA REGIONAL DE SANTOS
Rua Itororó, n. 59, Centro – Santos (SP) - Tel.: (0XX13) 3219-6991

- b) a execução pode ser instaurada caso o devedor não satisfaça apenas a obrigação;
- c) a execução pode ser instaurada em caso de obrigação certa, ilíquida e exigível;
- d) a execução pode ser instaurada apenas se consubstanciada em título executivo e independentemente de ser exigível.

24) É correto afirmar que:

- a) é nula a execução se o título executivo extrajudicial corresponder a obrigação certa, líquida e exigível;
- b) é nula a execução se o devedor for regularmente citado;
- c) é nula a execução se instaurada depois de se verificar a condição;
- d) é nula a execução se o título executivo extrajudicial não corresponder a obrigação certa, líquida e exigível.

25) É correto afirmar que:

- a) nos termos do artigo 11 da Lei de Execução Fiscal o dinheiro se encontra no último lugar da ordem de bens para serem penhorados ou arrestados;
- b) nos termos do artigo 11 da Lei de Execução Fiscal o dinheiro não se encontra em nenhum lugar da ordem de bens para serem penhorados ou arrestados;
- c) nos termos do artigo 11 da Lei de Execução Fiscal o dinheiro se encontra no primeiro lugar da ordem de bens para serem penhorados ou arrestados;
- d) nenhuma das alternativas anteriores está correta.

PROVA DE DIREITO CIVIL

26) Com relação às pessoas jurídicas, conforme dispõe o Código Civil, é correto afirmar que:

- a) as organizações religiosas não têm personalidade jurídica;
- b) extinta a fundação, seu patrimônio será revertido ao instituidor ou aos seus herdeiros;
- c) a fundação somente poderá constituir-se para fins religiosos, morais, culturais ou de assistência;
- d) os partidos políticos são pessoas jurídicas de direito público

27) Consideram-se bens móveis para os efeitos legais, de acordo com o Código Civil:

- a) o direito à sucessão aberta.
- b) as energias que tenham valor econômico.



PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
PROCURADORIA REGIONAL DE SANTOS
Rua Itororó, n. 59, Centro – Santos (SP) - Tel.: (0XX13) 3219-6991

c) os materiais provisoriamente separados de um prédio, para nele se reempregarem.

d) as edificações que, separadas do solo, mas conservando a sua unidade, forem removidas para outro local.

28) Assinale a alternativa correta, de acordo com o Código Civil.

a) Prescreve em 10 (dez) anos a pretensão de reparação civil.

b) A prescrição ocorre em 20 (vinte) anos, quando a lei não lhe haja fixado prazo menor.

c) A prescrição pode ser interrompida por qualquer interessado.

d) Os prazos de prescrição somente podem ser alterados por acordo das partes.

29) Assinale a alternativa incorreta, de acordo com o Código Civil

a) Os menores de 16 anos são absolutamente incapazes de exercer pessoalmente os atos da vida civil

b) Os pródigos são absolutamente incapazes de exercer pessoalmente os atos da vida civil

c) A menoridade para os incapazes cessa pela colação de grau em curso de ensino superior

d) A interdição por incapacidade absoluta ou relativa deve ser registrada em registro público

30) Os direitos de personalidade são direitos subjetivos:

a) intransmissíveis e irrenunciáveis em qualquer hipótese, não podendo o seu exercício sofrer limitação voluntária.

b) intransmissíveis e irrenunciáveis, embora excepcionalmente o seu exercício possa sofrer limitação voluntária, mesmo sem expressa previsão legal.

c) e, por essa razão, é defeso o ato de disposição do próprio corpo, em qualquer hipótese, quando importar diminuição permanente da integridade física, ou contrariar os bons costumes.

d) fundamentais, razão pela qual a vida privada da pessoa natural é inviolável, e o juiz, a requerimento do interessado, adotará as providências necessárias para impedir ou fazer cessar ato contrário a esta norma.

PROVA DISSERTATIVA

Discorra sobre os princípios regentes da Administração Pública, contidos no "caput" do art. 37 da Constituição Federal



PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
PROCURADORIA REGIONAL DE SANTOS
Rua Itororó, n. 59, Centro – Santos (SP) - Tel.: (0XX13) 3219-6991
